pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, de forma que seja incluída a parcela denominada “Gratificação de Produção Básica”, no valor equivalente a 400 (quatrocentas) quotas, de acordo com o art. 18, I, do Decreto Estadual nº 2.595/1994, aos proventos da interessada.

II – Os efeitos financeiros desta Portaria retroagirão a 01/09/2019, data da concessão da aposentadoria, respeitando-se os valores e percentuais vigentes à época da retroação.

SERVIDOR(A): JANETE COSTA PARENTE

MATRICULA: 102440/1

ORGÃO: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA

CARGO: Médico

VALOR: 10.969,70

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida.

ATO: PORTARIA RET. AP Nº 460 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

FUNDAMENTAÇÃO: Considerando o trânsito em julgado da decisão homologatória de acordo, em que se estipulou a fixação do vencimento base do beneficiário em 8,5 salários-mínimos vigentes em 1994, sobre o qual se aplicará aos reajustes salariais concedidos aos servidores públicos estaduais; E, considerando a Cláusula 3 do acordo que alterou o vencimento base proporcional determinado pela PORTARIA AP Nº 1317, de 31/08/2004, modificada pela PORTARIA AP Nº 1.178, de 09/06/2005, pela PORTARIA AP Nº 2273, de 31/10/2005 e pela PORTARIA Nº 1.738, de 25/06/2014; RESOLVE: I – Retificar a PORTARIA AP Nº 1.317, de 31/08/2004, que aposentou o servidor JOSÉ AIRTON MOTA DE CASTRO, matrícula nº 16691/1, de acordo com o art. 8º, § 1º, incisos I, alíneas “a” e “b” e II da Emenda Constitucional nº 20/1998, c/c os arts. 54, § 1º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b” e art. 55 da Lei Complementar nº 39/2002 e o art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, caput do art. 114 da Lei nº 5.810/1994, arts. 140, inciso III e 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, no cargo de Médico Veterinário, pertencente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP, de forma que seja modificado o vencimento base proporcional do servidor nos termos do Acordo Judicial homologado no Processo nº 0087200-51.1989.5.08.0109.

II – Os efeitos financeiros desta Portaria retroagirão a 10/05/2019, data da homologação do acordo anteriormente firmado, com as respectivas compensações, em observância ao definido na Cláusula 3.1 do acordo judicial homologado na data de 12/11/2019, respeitando-se os valores das tabelas salariais vigentes à época.

SERVIDOR(A): JOSÉ AIRTON MOTA DE CASTRO

MATRICULA: 16691/1

ORGÃO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP

CARGO: Médico Veterinário

VALOR: R\$14.728,22

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida.

ATO: PORTARIA RET AP Nº 290 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

FUNDAMENTAÇÃO: Considerando que no bojo do processo nº 0827088-22.2019.8.14.0301 foi deferida tutela de urgência por meio do qual se estabeleceu a implementação do piso nacional do magistério para a servidora; RESOLVE: I – Retificar a PORTARIA AP Nº 0970 de 14/02/2012 que aposentou LADY SOUSA DE CASTRO, matrícula nº 474762/1, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 2º e o art. 5º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e com o art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 37, § 2º, da Lei nº 5.351/1986 c/c o Acórdão nº 16.985/1989 do TCE; art. 32, caput, da Lei nº 7.442/2010 c/c o art. 35, caput, da Lei nº 5.351/1986; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de forma que seja incluída a parcela “Gratificação Progressiva” prevista no art. 33, caput, da Lei nº 7.442/2010, mantendo inalteradas as demais parcelas.

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01 de março de 2012, data da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

SERVIDOR(A): LADY SOUSA DE CASTRO

MATRICULA: 474762/1

ORGÃO: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

CARGO: Professor Classe Especial, nível I

VALOR: R\$9.263,15

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida.

ATO: PORTARIA RET AP Nº 609 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

FUNDAMENTAÇÃO: I – Retificar a PORTARIA AP Nº 2539 de 03/08/2018 que aposentou LAUDINEIA ANDRADE DE SOUZA, mat. nº 355020/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, artigos 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e o art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, em curso na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, de forma que o nome da interessada passe a constar como LAUDINEIA ANDRADE SOUZA, permanecendo inalteradas as demais informações e valores das parcelas, percebendo à época os proventos mensais de R\$1.679,10 (hum mil, seiscentos e setenta e nove reais e de SERVIDOR(A): LAUDINEIA ANDRADE SOUZA

MATRICULA: 355020/1

ORGÃO: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

CARGO: Assistente Administrativo

VALOR: R\$1.679,10

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida.

ATO: PORTARIA RET Nº 366 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

FUNDAMENTAÇÃO: I – Retificar a PORTARIA Nº 1874 de 02/10/2000, que aposentou a interessada MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS OLIVEIRA, mat. nº 345512/1, de acordo com o art. 33, inciso III, alínea “b” da Constituição do Estado do Pará c/c o art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 35, caput, art. 37, §2º da Lei nº 5.351/1986 c/c o Acórdão nº 16.985/1989 – TCE, art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, no cargo de Professor Classe Especial, nível L, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de forma que seja incluída a parcela “Gratificação Progressiva” aos proventos da interessada com base no art. 33, caput da Lei nº 7.442/2010.

II – Os efeitos financeiros desta Portaria retroagirão a contar de 01/09/2011, data da implantação da Lei nº 7.442/2010 de acordo com o Decreto nº 189/2011, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

SERVIDOR(A): MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS OLIVEIRA

MATRICULA: 345512/1

ORGÃO: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

CARGO: Professor Classe Especial, nível L

VALOR: R\$6.904,69

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida

ATO: PORTARIA RET Nº 509 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

FUNDAMENTAÇÃO I – Retificar a PORTARIA Nº 1190 de 21/07/2003, que aposentou a servidora MARIA DE LOURDES DE CASTRO, matrícula 481084/1, no cargo de Professor Classe Especial, nível L, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, por meio do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b”, §4º da Emenda Constitucional nº 20/1998 c/c o art. 54, incisos I, II e III, alíneas “a” e “b”, §3º da Lei Complementar nº 39/2002; artigos 35, caput, e 37, §2º, da Lei nº 5.351/1986 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, de forma a acrescentar a parcela Gratificação Progressiva com base no art. 33, caput, da Lei nº 7.442/2010.

II – Esta Portaria gerará efeitos financeiros a contar de 01/09/2011 (data da implantação da Lei nº 7.442/2010), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

SERVIDOR(A): MARIA DE LOURDES DE CASTRO

MATRICULA: 481084/1

ORGÃO: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

CARGO: Professor Classe Especial, nível L

VALOR: R\$8.567,71

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida

ATO: PORTARIA AT AP Nº 626 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

FUNDAMENTAÇÃO: Considerando o acordo firmado no proc. judicial nº. 0863453-75.2019.8.14.0301-TJ/PA, em trâmite na 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém, conferindo o reajuste do vencimento base da interessada conforme o piso salarial do magistério (Lei nº 11.738/2008); Considerando a EC nº 70/2012, que estabeleceu critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 e que se incapacitaram após dessa data; RESOLVE: I – Atualizar a PORTARIA AP Nº 0957 de 20 de março de 2008, que aposentou a servidora MARLENE GOMES DA CONCEIÇÃO, mat. nº 545376/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de modo a modificar a fundamentação legal do ato a fim de que passe a constar o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 37, § 2º, da Lei nº 5.351/1986 c/c o Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 32, caput, da Lei nº 7.442/2010 c/c o art. 35, caput, da Lei nº 5.351/1986; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos, quanto ao vencimento base, a partir de 30 de maio de 2019, data de intimação deste Instituto de Gestão Previdenciária em relação ao reajuste do piso salarial do magistério de acordo com a Lei nº 11.738/2008 nos autos do processo nº 0863453-75.2019.8.14.0301-TJ/PA;

III – Quanto aos efeitos financeiros decorrentes da atualização constitucional da regra de aposentadoria e consequente modificação da forma de cálculo dos proventos, esta portaria produzirá efeitos a contar de 29 de março de 2012, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 70/2012, nos termos do seu art. 2º, respeitando-se os valores das tabelas salariais vigente à época da retroação.

SERVIDOR(A): MARLENE GOMES DA CONCEIÇÃO

MATRICULA: 545376/1

ORGÃO: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

CARGO: Professor Assistente PA-A

VALOR: R\$4.765,00

ORDENADOR: Lúcia Pampolha de Santa Brígida

PORTARIA RET AP Nº 305 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

FUNDAMENTAÇÃO: I – Atualizar a PORTARIA AP Nº 1037 de 20/03/2008 que aposentou TEREZA DE JESUS BORGES PAES, matrícula nº 552577/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de modo a modificar a fundamentação legal do ato de aposentadoria de acordo com o art. 40, § 1º,